FERNANDO CATROGA

A GEOGRAFIA DOS AFECTOS PÁTRIOS

ALMEDINA

ÍNDICE

Apresentação 11

PRIMEIRA PARTE – A Governabilidade do Território e da População 13

CAPÍTULO I – O Debate Político-Administrativo nos Alvores
do Liberalismo em Portugal 15
Police e *policy* 18
Racionalizar, regular, regulamentar 21
A lição de Charles Bonnin 25
A divisão do território na Constituinte vintista 28

CAPÍTULO II – "O Município Parece Ter Saído das Mãos de Deus" 37
O "momento Tocqueville" 37
O argumento historicista 45
O modelo francês: entre a atracção e o repúdio 49
O "sol da terra" do imaginário descentralista 50

CAPÍTULO III – A Distritalização do País 53
Do departamento à consolidação do distrito 53
Extinguir concelhos, controlar povos e territórios 61
As resistências às reformas administrativas 62
A síndroma da Janeirinha 70
As capitalidades distritais e o "olho" vigilante do governador civil 71

CAPÍTULO IV – A "Emergência" dos Burocratas 85
A diabolização da burocracia 86

A "empregomania" 93
A hierarquização protocolar das autoridades regionais 98
O centralismo moderado no direito administrativo português 101

SEGUNDA PARTE – O Provincialismo 107

CAPÍTULO V – No Princípio Era a Província 109
A província no vintismo 112
O provincialismo republicano 117
O centralismo moderado do Código de 1878 122
As críticas republicanas ao insuficiente descentralismo da República 124
O distrito e a província: um casamento adiado 131
"Bela coisa era a República no tempo da Monarquia" 133

CAPÍTULO VI – Provincialismo e Regionalismo 137
A geografia e o regionalismo em França e em Espanha 138
O municipalismo e o "associativismo de origem" 143
Dos congressos municipais aos congressos provinciais e regionais 146
Regionalismo, conservadorismo 150

CAPÍTULO VII – A Geografia e a Divisão do Território 153
A "província-região" em Amorim Girão 156
A remodelação provincial e o corporativismo 162
O distritalismo do jovem Marcello Caetano 173

CAPÍTULO VIII – O Provincialismo do Estado Novo 177
A corporativização da herança regionalista 177
A domesticação estadonovista da província 181
Os órgãos autárquicos da província 184
A resistência antiprovincial no interior do Estado Novo 186
A província e o planeamento regional: uma promessa incumprida 192
A "morte" da província como autarquia 195
A divisão administrativa no discurso oposicionista 202

TERCEIRA PARTE – O Poder Local como Polícia 207

CAPÍTULO IX – O Paroquialismo 209
A paróquia e a secularização das freguesias 210
O redimensionamento das paróquias e dos municípios 227

CAPÍTULO X – A Presença Microscópica do Poder 231
Sob o império da delegação e da tutela 231

A pirâmide dos poderes: governadores civis e administradores de concelho 232
Regedores e cabos de polícia 243
A origem social dos regedores e dos cabos de polícia 249
A coacção eleitoral 256

QUARTA PARTE – O Patriotismo das Pequenas Pátrias 265

CAPÍTULO XI – O Patriotismo Constitucional Vintista 267
A hora das revoluções patrióticas 269
Ter pátria é não viver sob o jugo do despotismo 269
O patriotismo "geográfico" 273
O patriotismo proprietista 274
Lisboa como "pátria comum" 276
O patriotismo constitucional vintista 277
A constitucionalização do amor da pátria 283

CAPÍTULO XII – A Nacionalização da Pátria Comum 289
O vintismo: uma revolução no Reino Unido? 290
Uma *patria communis* do Minho a Timor: a questão brasileira 295

CAPÍTULO XIII – O "Patriotismo de Campanário" 309
A pátria como uma federação de afectos 311
Oliveira Martins versus *Herculano: os limites do patriotismo paroquial* 314
Finis patriae? 325

CAPÍTULO XIV – Entre a Nação Orgânica e a Nação Cívica 331
O que é uma nação? 331
"From State to nation"; "from nation to State"? 332
Teófilo versus *Antero: renegar a nacionalidade para se ser patriota?* 334
O poder local como escola de autogoverno 345
A coabitação dos sentimentos pátrios 351

CAPÍTULO XV – Nacionalismos Tradicionalistas e Autoritários 359
A primordialidade da pátria no Integralismo Lusitano 359
A "fisiologia do patriotismo" 361
O "fogo" como centro de existência comum 367
Pátria, Nação e Estado no Salazarismo 374
Colocar "a nação no Estado" 378
Deus, Pátria e Família 382
"Tudo pela Nação, nada contra a Nação" 386

ÍNDICE REMISSIVO 395

O conteúdo deste livro poderá confundir-se com uma resposta a assuntos que a actualidade política pôs na ordem do dia. A eventual coincidência reside no facto de ele colocar problemas estruturantes da génese do Estado-nação em Portugal e de não ter esquecido as resistências que o processo desencadeou. Com a Revolução Liberal e com os regimes subsequentes, assistiu-se à difícil institucionalização de uma ordem política, mais adequada ao princípio da soberania nacional, à divisão dos poderes, ao cariz público de todas as funções administrativas, assim como a uma nova demarcação do território e à sua consequente racionalização, através da anexação e extinção de concelhos e freguesias.

Daqui resultou um longo debate entre centralistas e descentralistas. Porém, a frieza da sua análise também não podia recalcar a quentura dos sentimentos de pertença que o envolveu.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

COMPETE
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GOVERNO DE PORTUGAL

ISBN 978-972-40-5076-8

GRUPOALMEDINA